

A propósito da crítica nos estudos da linguagem: o sublime objeto da ideologia

Maria Gonçalves Peixoto, Ruberval Ferreira

Resumo

Este artigo discute a concepção de crítica da ideologia articulada nos estudos críticos da linguagem, mais especialmente na Análise de Discurso Crítica (ADC). O objetivo é problematizar a apreensão da categoria, a fim de repensar a natureza da ideologia e a prática de análise discursiva, a partir de uma perspectiva radical de crítica da linguagem. Em vista dessa pauta, organiza-se a investigação em quatro momentos. Inicialmente, reconstitui-se o percurso histórico de constituição da concepção negativa de ideologia na filosofia, em virtude do qual a ADC dispôs seu quadro de pressupostos para a apropriação do conceito. Adiante, examinam-se as propriedades da categoria mobilizada no quadro teórico e metodológico da disciplina: definição, localização nos fatos da linguagem, natureza semiótica e tratamento analítico. Depois, discute-se o contorno da investidura do conceito, seus limites e contradições, com foco sobre três questões: a manifestação da ideologia em formas simbólicas, a relação entre processos ideológicos e lutas de poder e a prática de análise de discurso como crítica da ideologia. Ao fim, delinea-se uma leitura possível de crítica radical da linguagem, à luz das discussões de S. Žižek, para compreender a performance ideológica do signo linguístico na realidade social.

Introdução

Um problema central na recente emergência de diferentes concepções de linguagem, para além das fronteiras da Linguística Moderna, é a questão crítica. Com mais atenção, podemos identificar um esboço, ainda incipiente, de crítica da linguagem já no surgimento do modo de racionalidade logocêntrica da filosofia clássica, em que o realismo platônico considera o fenômeno linguístico um instrumento de representação lógica das coisas (não das coisas do mundo físico, que era, para Platão, em *Crátilo*, um mundo de aparências, mas do mundo das ideias). No entanto, foi somente a partir do século XX, que a discussão em torno de uma crítica da linguagem passou a ser encarada mais seriamente.

O gesto inaugural do projeto estruturalista saussuriano está, certamente, em romper visceralmente com a teoria objetivista da linguagem, ao propor duas teses fundamentais: a de que na língua só existem diferenças, portanto a significação não depende de uma realidade extralinguística e referencial, e a de que o signo linguístico é uma entidade constituída arbitrariamente por significante e significado, isto é, não existe uma relação necessária entre palavras e coisas.

Desde então, especialmente a partir dos anos 1950, quando o estruturalismo iniciou seu período áureo e a virada linguístico-pragmática redimensionou os caminhos da filosofia analítica, até os dias atuais, os estudos críticos da linguagem trilharam uma vereda tão sinuosa quanto difusa. De um lado, há o reconhecimento amplamente partilhado do esgotamento de categorias tradicionais de análise linguístico-discursiva, como a própria concepção de língua, e, por outro lado, tem-se o surgimento de razões e de demandas diversas para reivindicar a mesma alcunha crítica por abordagens teóricas e metodológicas da linguagem distintas e até paradoxais entre si em diversos pontos.

Nesse campo heterogêneo de investigações, a análise do discurso desponta, entre as demais formas de pesquisa linguística, rompendo com a tradição positivista de uma disciplina científica descritiva do fenômeno semiótico, ao propor como objeto de estudo o discurso, ou seja, as produções linguageiras situadas nas interações sociais, com foco sobre suas condições históricas e ideológicas de produção e sobre seus efeitos na constituição dos sujeitos no mundo social. Entre as principais escolas ou vertentes da área de análise do discurso, a Análise do Discurso Crítica (ADC) destaca-se entre os estudos críticos da linguagem ao situar a *krisis* no epítome de sua reflexão.

A crítica, na ADC, está precisamente na busca por desvendar - e intervir sobre – os processos ideológicos de construção de relações assimétricas e contraditórias de poder que estão por trás de determinadas práticas e eventos sociais. Desde já, podemos notar que a ADC inscreve a ideologia como a razão principal que justifica o seu vigor crítico enquanto engajamento com a mudança social e discursiva. A crítica, aqui, é, sobretudo, crítica da ideologia.

Diante desse traço caracterizador da ADC, uma objeção, apressadamente, coloca em xeque o esforço empenhado pela disciplina: ideologia, hoje? A expressão que fora engendrada no século XVIII, no interior de um projeto iluminista de ciência das ideias, poderia ser julgada como uma categoria de análise social ultrapassada ou, ao menos, enfraquecida em termos de sua eficácia e de sua atualidade na sociedade contemporânea. No entanto, pensamos que o momento em que a ideologia parece estar em crise, ausente ou distante do que ocorre na vida social cotidiana é, com precisão, o instante em que mais estamos escravizados a ela.

Assim, dada a necessidade de um debate cada vez mais sério acerca da crítica da ideologia nos estudos da linguagem, este artigo apresenta um panorama do problema da ideologia na ADC, mais especialmente no enquadre ontológico e analítico do discurso empreendido pela Teoria Social do Discurso (TSD), vertente principal da disciplina desenvolvida pelo linguista N. Fairclough (1992; 1999; 2003). O objetivo é refletir sobre a concepção de crítica da ideologia no contexto da ADC, a partir de uma perspectiva radical de crítica da ideologia e da linguagem, à luz das discussões de S. Žižek (1992, 1996, 2006, 2011).

Conforme veremos, há três aspectos importantes em torno dessa questão. Primeiro, compreender a natureza material da ideologia, nas interações sociais, como constituída discursivamente, isto é, se se pode falar de diferenças entre construções discursivas e processos ideológicos. Segundo, pensar como a ideologia associa-se a formas simbólicas, ou melhor, se a ideologia refere-se somente às formas simbólicas que servem para estabelecer e para sustentar relações sistematicamente assimétricas de poder. Terceiro, considerar como ideologicamente motivada também a crítica da ideologia na prática da análise do discurso. Em vista dessa pauta, organizamos a investigação, aqui, em quatro momentos.

Inicialmente, reconstituímos a narrativa de construção da concepção crítica de ideologia na filosofia, a partir da qual a TSD dispôs o seu quadro de pressupostos para a apropriação do termo. Adiante, examinamos as propriedades

da categoria de ideologia mobilizada no contexto teórico e metodológico da disciplina, com foco sobre os seguintes aspectos: definição, localização nos fatos da linguagem, natureza semiótica e trato analítico. Depois, exploramos o contorno da investidura do conceito, seus limites e contradições, a fim de identificar os principais problemas da abordagem da questão ideológica na TSD, em particular, e na ADC, em geral. Ao final, indicamos uma leitura possível de crítica radical da linguagem, preocupada em repensar a performance ideológica do signo linguístico como criadora e criativa da realidade social.

1. O ponto de partida da crítica da ideologia

A abordagem crítica ou negativa da ideologia encontra na figura de Napoleão Bonaparte o seu marco inicial, quando o famoso líder político e militar procurou impedir a instauração de uma ciência cujo objetivo era analisar sistematicamente as faculdades intelectuais humanas. A disciplina foi proposta por Destutt de Tracy em *Eléments d'Idiologie*, durante o curso de Ciências Morais e Políticas, ministrado no Instituto Nacional da Nova República, em Paris, entre 1803 e 1815.

Para os intelectuais da Revolução Francesa, a barbárie da guerra deveria ser combatida pela união de forças entre a filosofia e a educação, em prol da análise e do combate de ideias que influenciavam a sociedade, como a do naturalismo e a do determinismo. Dado que suas reflexões estavam intimamente ligadas à conjuntura política da França, o destino da doutrina de Tracy dependia dos rumos da revolução republicana (Kennedy 1978: 215). Com o golpe de Napoleão, que o manteve como autoridade absoluta por dez anos, a ciência recém projetada tornou-se sinônimo de especulação abstrata que ameaçava subverter o Estado e a lei. Dirigindo-se ao Conselho de Estado, num discurso publicado em *Moniteur*, logo depois da derrota do exército francês na Rússia, Napoleão afirma: “Nós devemos colocar a culpa dos males que a nossa França sofreu na Ideologia, a metafísica obscura” (apud Thompson 1995: 92).

Embora datada desse período, a crítica da ideologia consolida-se somente com os estudos do filósofo alemão Karl Marx, que, na segunda metade do século XIX, apropriou-se do termo dentro de um referencial teórico bem particular, orientado por um programa político de revolução social, tornando o conceito um instrumental necessário para a análise da sociedade. Familiarizados com as discussões dos ideólogos franceses, durante exílio em Paris, entre 1844 e 1845, K.

Marx e F. Engels publicam *A ideologia alemã*, criticando a visão positiva de ideologia que Feuerbach, Bauer e Stirner, entre outros hegelianos, defendiam, tal como de Tracy. Para os autores do materialismo histórico, a crise do mundo ocidental, especialmente na Alemanha, passava ao largo de ser uma batalha de ideias, que compreendia as concepções, os valores e as crenças como produtos da consciência, independentes das condições sociais e históricas da vida humana.

Assim, os filósofos alemães preferiram pensar a ideologia em termos dos pressupostos de sua condição de existência, a saber, a determinação social da consciência, a divisão do trabalho e o estudo da vida social e histórica. As premissas de que o homem é um ser social e de que a economia, enquanto condição material de vida, é o primado da sociedade formam o alicerce conceitual a partir do qual Marx ergue sua complexa tese sobre a ideologia. O gesto inaugural do autor coloca no centro dos seus estudos sobre a ideologia o que, por muitos anos, será a pedra angular da questão ideológica: a relação entre a natureza e a consciência ou entre a realidade e o sujeito.

Diferentemente de Feuerbach, para quem a natureza é “o primeiro, o originário, o que produz tudo de si e não pode ser pensada como produzida” (Feuerbach, apud Chagas al. 2009: 38), Marx explica que a unidade relacional entre homem e natureza “existiu sempre na indústria e se apresentou, em cada época, sob formas diferentes, consoante o desenvolvimento maior ou menor dessa indústria” (Marx e Engels 1999: 27). Ao contrário de Hegel, a quem o conhecimento de um objeto ou da natureza em si é já autoconhecimento – ou seja, que “a consciência é, igualmente, o ser-suspenso de ambas a consciência e a autoconsciência” (Hegel 1986: 189), Marx postula que a “consciência é sempre um produto social” (Marx e Engels 1999: 34).

Ao notar que a essência humana consiste no conjunto das relações sociais e que estas surgem do trabalho e da intervenção dos homens sobre a natureza, Marx defende que a “produção de ideias, de representações e da consciência está, em primeiro lugar, direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens” (Marx e Engels 1999: 20). Nesse sentido, a ideologia é tanto linguagem quanto inversão da vida real, à medida que, se nela os homens e as suas relações surgem invertidos, como ocorre numa câmera obscura, isso é apenas o resultado do seu “processo de vida histórico, do mesmo modo que a imagem invertida dos objetos que se formam na retina é uma consequência do seu processo

de vida diretamente físico” (Marx e Engels 1999: 21). A imagem de inversão da realidade evidencia que a ideologia não deve ser considerada um fenômeno arbitrário e que a formação ideológica (a moralidade, a religião e a metafísica, por exemplo) tem a aparência de existir de modo autônomo e imanente (Marx e Engels 1999). Nesses termos, a ideologia assimila consciência e existência. Essa confusão entre percepção e realidade, que está na engenharia do *modus operandi* da ideologia, só será pesquisada mais densamente anos depois, com o filósofo L. Althusser, na década de 60 do século XX, momento em que o estruturalismo consolidou-se nas ciências humanas.

Althusser dá uma nova roupagem à abordagem crítica da ideologia, ao propor uma leitura sintomal do marxismo clássico. A partir de uma articulação conceitual entre a teoria marxista, em que a ideologia é considerada um “*bricolage* imaginário” (Althusser 1985: 83), e a psicanálise lacaniana, Althusser delineia uma teoria da ideologia em geral¹, de acordo com a qual há uma identificação entre a estrutura formal da ideologia e a estrutura do inconsciente humano: “não são as suas condições reais de existência, seu mundo real que os homens ‘se representam’ na ideologia, o que nela é representado é, antes de mais nada, a sua relação com as condições reais de existência” (Althusser 1985: 87).

Portanto, o ponto preciso de interseção entre o indivíduo e a vida social, bem como entre o inconsciente e a ideologia, é o da constituição do sujeito. Uma vez que “1) só há prática através de e sob uma ideologia e que 2) só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito” (Althusser 1985: 93), a constituição do sujeito é, sobretudo, sua interpelação como tal. A interpelação realiza-se através do reconhecimento do indivíduo como sujeito, do mesmo modo como ocorre na fase do espelho, em que a relação entre organismo e realidade, uma vez “filtrada através de um prisma de inversão” (Muller e Richardson 1982: 31), como coloca Marx, caminha em direção à estrutura.

A função principal da interpelação é “conduzir sua auto-sujeição [a do sujeito] ao sistema dominante e, por essa via, assegurar a reprodução social em seu conjunto” (Laclau 1979: 106). Assim, a ideologia é, a um só tempo, um fenômeno da ordem do imaginário, no sentido psicanalítico do termo, e da ordem do material, à medida que se manifesta ou toma corpo em um aparelho ideológico de estado (AIE), que “prescreve práticas materiais reguladas por um ritual material, práticas que existem nos atos materiais de um sujeito” (Althusser 1985: 92).

Apesar de Althusser ter mencionado, ilustrando exemplos de diferentes modalidades de ideologia, o "discurso verbal interno (a consciência) e o discurso verbal externo" (Althusser 1985: 93), o autor não explorou, mais profundamente, em que consiste a materialidade discursiva da ideologia. Quem o fará será M. Pêcheux. O filósofo segue relativamente na mesma direção que o Círculo de M. Bakhtin, grupo pioneiro na teoria semiótica de ideologia, que reconhece o discurso como a matéria ideológica por excelência, ao compreender que "o domínio ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes" (Bakhtin e Volochinov 2002: 32).

No início da década de 60, Pêcheux formula a chamada Análise Automática do Discurso (AAD), um método de análise discursiva que interliga marxismo, psicanálise e estruturalismo com o objetivo de fornecer um instrumental científico às ciências sociais da época. Reatualizando Althusser, Pêcheux esclarece que os AIEs são lugares em que lutas e tensões sociais articulam-se em torno de formações ideológicas (FIs). Uma FI é um conjunto complexo de atitudes e de representações "que não são nem 'individuais' nem 'universais', mas se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classe* em conflito umas com as outras" (Pêcheux e Fuchs 1997: 166, grifo dos autores). Assim, as FIs são compostas pelo que M. Foucault chama de formações discursivas (FDs), instâncias sociais e culturais que determinam, em distintos contextos, "*o que pode e deve ser dito*" (Pêcheux 1995: 160, grifo do autor).

Duas evidências são, pois, fundamentais para o modo como Pêcheux encara a ideologia: a produção do sentido e a constituição do sujeito. O processo de interpelação ideológica cria as ilusões de transparência da linguagem e de liberdade do indivíduo, em virtude das quais se mascara o caráter material do sentido, isto é, sua natureza ideológica fundamental. Os sentidos são construídos a partir de posições ideológicas de sujeito, que estão inseridas "no processo sócio-histórico no qual palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas)" (Pêcheux 1995: 160). O sujeito, nesses termos, não tem consciência individual, ou melhor, a lógica dessa consciência é a própria lógica da comunicação ideológica, pois "se privarmos a consciência de seu conteúdo semiótico e ideológico, não sobra nada (Bakhtin e Volochinov 2002: 35).

Com as atenções da investigação sobre ideologia redimensionadas para as ocorrências dos eventos na vida cotidiana, Pêcheux sublinha a natureza

heterogênea e contraditória do discurso, ao concebê-lo como “o sinal potencial de um movimento nas filiações sócio-históricas da identificação, na medida em que constitui, ao mesmo tempo, tais filiações” (Pêcheux apud Fairclough 2001: 57). Porém, o gesto do filósofo em evidenciar a determinação ideológica dos sujeitos e a produção de sentidos como reprodução de estruturas não condiz com o projeto crítico de transformação social da TSD em um aspecto importante: a agência dos sujeitos. Caminhando nessa direção do debate sobre a questão ideológica e motivado pelo interesse em compreender os efeitos sociais do advento tecnológico e cultural do século XXI, o trabalho desenvolvido pelo sociólogo J. B. Thompson sobre ideologia passa a se destacar nos estudos críticos da linguagem.

Ao sustentar-se na concepção marxista de ideologia, Thompson recupera um critério de negatividade ou de criticidade que, em sua opinião, perdeu-se com as novas investidas de neutralização do termo: “o critério de sustentação das relações de dominação” (Thompson 1995: 76). Os julgamentos da ideologia, enquanto compreensão errônea, fantasmática, ilusória ou obscura de fatos, dizem respeito a “possibilidades contingenciais, e não a características necessárias da ideologia como tal” ((Thompson 1995: 76). Assim, a questão ideológica precisa ser enfrentada segundo sua abordagem propriamente crítica ou negativa, isto é, com foco sobre as relações de poder e o sentido.

A ideologia é “o sentido a serviço do poder” (Thompson 1995: 16), pelo qual as formas simbólicas tornam-se um “espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtos significativos” (Thompson 1995: 79). Notemos, aqui, que as formas simbólicas tornam-se ideológicas apenas quando, em determinados contornos históricos e contingenciais, são mobilizadas em discursos para estabelecer e sustentar relações de dominação.

Em linhas gerais, Thompson redescreve a perspectiva marxista de ideologia segundo três aspectos importantes. Primeiro, ao enfatizar as relações de poder, o autor rompe com a tese clássica da luta de classes como antagonismo estruturante da sociedade. A preocupação, agora, é mostrar que há outras formas de desigualdade e de exploração a que as ideologias servem, como tensões de gênero e de etnia. Segundo, ao chamar a atenção para as formas simbólicas, o sociólogo evidencia que elas não são representações ou reflexos da realidade, mas elementos

constitutivos delaⁱⁱ, engajados nos processos de criação e de reprodução de relações e de práticas sociais diversas.

Há, ainda, um terceiro aspecto da reformulação, que fornece tanto um horizonte teórico, pelo qual se compreende a ideologia, quanto uma orientação metodológico-analítica, que sugere examiná-la a partir dos seus modos de operação reiterados nas interações ou quase-interações (Thompson 1995: 81). Vejamos quais são: i) a legitimação, realizada por meio de estratégias de racionalização, de universalização e de narrativização; ii) a dissimulação, cujas estratégias são a eufemização, o deslocamento e o tropo; iii) a unificação, que consiste na simbolização de coletividade sociais; iv) a fragmentação, possibilitada por recursos de diferença e de expurgo, que criam fronteiras entre grupos sociais; e v) a reificação, como modo de naturalizar ou universalizar situações e acontecimentos.

A busca por pensar a ideologia do ponto de vista das lutas de poder, em sua relação com as formas simbólicas e com os modos de operação ideológica, estreita-se muito com os propósitos de pesquisa da ADC. O arranjo conceitual de J. B. Thompson, ao dispor as formas simbólicas como (re)produções de pessoas nos contextos reais de vida e a ideologia como construção significativa, aponta exatamente para o que a TSD procura destacar em sua crítica da linguagem: a agência dos sujeitos e a emancipação social.

Ao fim desse percurso sinuoso e heterogêneo de construção epistêmica da abordagem negativa de ideologia, orientado especialmente pelas reflexões anti-modernas de K. Marx, L. Althusser, M. Pêcheux, M. Bakhtin e J. B. Thompson, devemos compreender, como nota Žižek (2001), que a própria multiplicidade de determinações da ideologia é um indicador de diferentes situações históricas concretas. É, então, dessa trajetória de crítica da ideologia que a ADC trilha o seu próprio caminho de compreensão e investigação dos processos ideológicos.

2. A crítica da ideologia no centro dos estudos da linguagem: poder e emancipação na Análise do Discurso Crítica

Para Fairclough (1989, p. 84)ⁱⁱⁱ, a ideologia está “essencialmente vinculada a relações de poder”, uma vez que se constitui como senso comum e procura produzir ou manter tipos de assimetrias sociais. Dessa definição geral, Fairclough (2001, p. 121) especifica que a ideologia existe somente “nas sociedades caracterizadas por relações de dominação, com base na classe, no gênero social, no grupo cultural, e

assim por diante”. Nesses termos, os processos ideológicos são concebidos enquanto significações ou representações da realidade, edificadas em “várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação” (Fairclough 2001: 117).

Situando a ideologia no quadro epistemológico tridimensional do discurso da TSD (o discurso como texto, prática discursiva e prática social), formulado em 1992, Fairclough observa que as práticas discursivas, aquelas que envolvem os processos de produção, de distribuição e de consumo de textos, “são formas materiais de ideologia” (Fairclough 2001: 116). A ideologia é localizada tanto na macroestrutura social, sob as formas de ordens de discurso^{iv}, quanto nos eventos discursivos particulares, sob as formas de recursos linguísticos, como as metáforas. Observemos, então, que, ao evidenciar que a ideologia é formada também em práticas discursivas, Fairclough (2001: 117) está chamando atenção para o fato de que essas práticas têm a luta ideológica como uma de suas dimensões constitutivas.

No intervalo de mediação entre as práticas sociais, em escala macrodiscursiva, e os textos, em escala microdiscursiva, as práticas discursivas são tanto lugar de produção de ideologias quanto de desconstrução de produtos ideológicos. Com tal ênfase, Fairclough (2001), diferenciando-se de Althusser e Pêcheux, não privilegia a reprodução de ideologias, nem o movimento quase unilateral da estrutura em direção aos eventos. Em vez de focar sobre relações de estabilidade nos processos discursivos, no que diz respeito à questão ideológica, Fairclough prefere pensar esses processos em sua relação com a questão da mudança social.

Pouco tempo depois da publicação de *Language and Power* (1989) e de *Discourse and Social Change* (1992), Fairclough aprofunda o diálogo com a Sociologia, a Ciência Política e a Filosofia, reformulando parte de suas reflexões. Nesse novo contexto intelectual, em que o linguista aprofunda a concepção de vida social como sistema aberto, conforme disposto no Realismo Crítico de R. Bhaskar, a episteme crítica do discurso é modificada em alguns pontos. Essa mudança deve-se, especialmente, à recombinação que o autor elabora entre os conceitos de

hegemonia, inspirado em A. Gramsci, de prática social e internalização de momentos, em D. Harvey, e de articulação de elementos, em E. Laclau.

A partir de *Discourse in late modernity* (1999) e de *Analyisng discourse* (2003), o discurso passa a ser racionalizado como um momento no interior da prática social, isto é, um elemento articulado dentro de “maneiras habituais [...] pelas quais as pessoas aplicam recursos [...] para agirem sobre o mundo em conjunto” (Chouliaraki e Fairclough 1999: 21). No movimento de internalização e articulação entre o discurso e os demais momentos das práticas sociais, a saber, o fenômeno mental, a atividade material e as relações sociais, o discurso, enquanto semiose das práticas, é a realização simultânea de modos de agir, de representar e de identificar.

A nova localização do discurso na ontologia do social não transformou a concepção de ideologia. Em vez disso, explorou-se, mais amiúde, o princípio de que as ideologias investem os discursos em todas as suas dimensões e que os processos ideológicos “são representações de aspectos do mundo que podem ser apresentados para estabelecer e manter relações de poder, de dominação e de exploração” (Fairclough 2003: 218). Com essa definição, a natureza da ideologia é examinada segundo algumas características que delimitam a sua semiose.

A primeira característica da ideologia é a sua invisibilidade, pois ela é “mais efetiva quando sua ação é menos visível” (Fairclough 1989: 85). Isso significa dizer que sua eficácia consiste na naturalização de sentidos (Fairclough 2001: 117), como os filósofos mencionados anteriormente argumentaram. Essa propriedade de estabilidade torna a ideologia uma dimensão imprescindível da hegemonia, à medida que “buscar ser hegemônico é tentar universalizar significados particulares, com o intuito de alcançar e de manter a dominação” (Fairclough 2003: 59). Pelo caráter estável, automático e (quase) invisível da ideologia, “não se deve pressupor que as pessoas têm consciência das dimensões ideológicas de suas práticas” (Fairclough 2001: 120). Por isso, para o autor, a consciência dos processos ideológicos na realização de determinados discursos é uma crítica (à ideologia): se alguém se torna consciente de um aspecto particular do senso comum “que sustenta desigualdades de poder à própria custa, ele deixa de ser senso comum e pode perder a capacidade de manter relações de poder desiguais, isto é, sua capacidade de funcionar ideologicamente” (Fairclough 1989: 85).

A segunda característica da ideologia diz respeito a algo que, para Althusser, foi negligenciado nos estudos filosóficos, a atuação elementar das produções

ideológicas na constituição dos sujeitos, mediante processos de interpelação. Para Fairclough (2003: 160), os sujeitos “não são apenas preposicionados na forma como eles participam de eventos sociais e de textos, eles também são agentes sociais”. Assim, o que há são sujeições contraditórias, quando “uma pessoa que opera num quadro institucional único e num único conjunto de práticas é interpelada de várias posições e puxada em direções diferentes” (Fairclough 2001: 121).

A terceira característica da ideologia é a sua atuação, nas interações comunicativas, como efeito de textos, vinculando-se aos três significados do discurso, quais sejam, representacional, acional e identificacional. As ideologias são representações de aspectos do mundo (e, assim, têm forma em discursos) que criam ou mantêm relações de poder, podendo ser legitimadas em modos de agir (e, portanto, em gêneros que regulam práticas) e inculcadas nas identidades de agentes sociais (e, logo, em estilos). Ainda na concepção tridimensional do discurso, Fairclough (2001: 289) já aduzia essa percepção, quando dizia que os principais efeitos ideológicos dos discursos são “sistemas de conhecimento e crença, relações sociais e identidades sociais”.

Nessa direção, Fairclough (2003:10) elabora uma proposta metodológica de análise discursiva que considera os *corpora* de textos segundo os seus efeitos sobre as relações de poder, em diferentes contextos na sociedade.

Inicialmente, de acordo com a concepção tridimensional do discurso, a ideologia é encarada como uma dimensão analítica do discurso como prática social, ao lado da hegemonia. Apesar de a ideologia constituir-se nas práticas discursivas, ela é uma categoria analítica da prática social, porque sua investigação tem o objetivo geral de “especificar a natureza da prática social da qual a prática discursiva é uma parte, constituindo a base para explicar por que a prática discursiva é como é, e os seus efeitos sobre a prática social” (Fairclough 2001: 289). Nesse momento inicial, a análise da ideologia, bem como da hegemonia, é realizada pelo exame da matriz social do discurso, que deve especificar de que modo a instância da prática social e discursiva envolve-se com estruturas e relações, das ordens de discurso, com foco sobre as tendências de larga escala, como a democratização e a tecnologização, e dos efeitos ideológicos e políticos do discurso.

Atualmente, em conformidade com a ontologia do discurso como modo de agir, de representar e de identificar, a ideologia é tratada como tema de pesquisa

social, tal como questões de mudanças de espaço e tempo associadas à globalização, ao hibridismo e à cidadania e ao espaço público (Fairclough 2003: 07). No interior do enquadre metodológico-analítico da ADC (Fairclough 1999: 60), cujas diretrizes das etapas de pesquisa foram formuladas com base na Crítica Explanatória de Bhaskar (1998) e na Linguística Sistêmico-Funcional (Halliday 1970, 1994; Halliday e Hasan 1989), a categoria da ideologia ainda é tratada como instância de análise da prática social, mas considerando o lugar do discurso nessa prática em termos de articulação de momentos, como vimos anteriormente.

Nessa fase de desenvolvimento da ADC, a TSD está preocupada, prioritariamente, com a dialética entre o discurso e os outros momentos das práticas sociais particulares, compreendendo o processo de internalização e de articulação, sobretudo, como estratégias de (lutas pelo) poder. Questões de poder não se ligam apenas às práticas particulares, elas estão vinculadas também às instâncias do discurso e da conjuntura social, de maneira que a análise da ideologia contempla as relações entre o momento do discurso de diferentes práticas e as distintas ordens de discurso. Na dimensão da tripla significação discursiva, a ideologia é examinada em termos de premissas (*assumptions*): a existencial, suposições sobre o que existe, a proposicional, suposições sobre o que pode ser, e a valorativa, suposições sobre o que é bom ou desejável (Fairclough 2003: 56).

Depois de termos apresentado a definição, a natureza semiótica, a localização na ontologia do social e da linguagem e o tratamento analítico da ideologia no interior do quadro de desenvolvimento mais amplo da ADC, passemos, a seguir, à discussão de alguns pontos problemáticos presentes na fundamentação lógica da categoria.

3. A leitura sintomal da ideologia na análise do discurso e seus problemas

O primeiro problema que sublinhamos é a fronteira epistemológica entre processos ideológicos e produções discursivas, que arrazoar o princípio de que “nem todo discurso é irremediavelmente ideológico” (Fairclough 2001: 121). Essa divisão é herdeira do recorte conceitual entre realidade e linguagem, presente no Realismo Crítico (RC), um dos baluartes da ADC. No RC, pelo método de diferenciação e de estratificação de Bhaskar (2003: 98), a realidade distingue-se em domínios ontológicos.

O domínio do real refere-se à existência das coisas e de suas estruturas, seus mecanismos e seus poderes causais, independentemente de ser “um objeto empírico para nós e de termos uma compreensão adequada de sua natureza” (Sayer 2000: 09). O actual é o domínio das ocorrências dos eventos na realidade, ou seja, “o que acontece se e quando estes poderes [do real] são ativados” (SAYER, 2000, p.10). O empírico, enfim, contempla as experiências do real e do actual efetivamente vividas pelos sujeitos.

Vejamos, nesses termos, que a realidade (social) só é acessível pelo que se sabe dela, e esse saber é necessariamente mediado pela linguagem. Sendo a ideologia distinta da linguagem ou do discurso, como coloca a TSD, há uma incongruência nessa lógica de apreensão da linguagem em um ponto nodal. Existe um desacordo de racionalidade entre os dois discursos que fundamentam a discussão sobre a sociedade na TSD. De um lado, a visão transformacionista de realidade social, proposta no RC, e, de outro lado, a visão construtivista-interacionista, presente na teoria pós-estruturalista de E. Laclau e C. Mouffe.

Na primeira perspectiva, que segue relativamente a tradição do pensamento fenomenológico da filosofia analítica, a realidade (social) existe em si mesma, mas não pode ser revelada em sua essência e totalidade pela linguagem, pois a consciência dela é sempre um caso de percepção limitada pelos sentidos humanos e por estruturas de racionalidade. Na segunda perspectiva, cujo caminho de reflexão pós-marxista rompe radicalmente com o essencialismo e o racionalismo filosófico, a realidade em si já é construída simbólica e discursivamente, pois se trata “ainda e sempre de símbolos, e de símbolos organizados na linguagem” (Lacan 2005: 22)^v.

Disso, decorre o segundo problema que podemos sublinhar na abordagem da ideologia na ADC. Trata-se da conclusão de que são ideológicos somente os discursos construídos ou reproduzidos para sustentar relações sistematicamente assimétricas de poder. Se se acredita nessa ideia, então se afirma que há usos da linguagem imunes ao próprio contexto de tensões e conflitos sociais diversos que os torna possíveis, isto é, afirma-se que há discursos alheios aos processos de luta hegemônica na realidade social.

Diante dessa impossibilidade, encontramos o terceiro problema na exploração da ideologia que faz referência à própria prática de pesquisa da disciplina. Se a ADC está preocupada com os tipos de relações desiguais de poder

que tornam as sociedades contemporâneas injustas, discriminatórias e perversas, sob distintos aspectos, e, por isso, está interessada na produção de “conhecimento que possa levar a uma mudança emancipatória” (Fairclough 2003: 210), a ideologia deve ser, portanto, o sublime objeto da análise discursiva crítica.

Ao conceber a ideologia em termos de representações do mundo “que suprimem contradições, antagonismos, dilemas em direção a certos interesses e projetos de dominação” (Fairclough e Chouliaraki 1999: 26), a ADC postula, como função principal da crítica à ideologia, enxergar, compreender e superar a (re)produção de relações de poder, operacionalizadas de forma obscura, insincera ou ilusória. Nessa direção, a ideologia é apropriada segundo uma leitura sintomal que a reduz a uma instância secundária de análise que acusa as assimetrias presentes na sociedade capitalista, à maneira de um epifenômeno.

Ideologia e crítica possuem, então, naturezas distintas, aliás, opostas. De um lado, a ideologia diz respeito a formas simbólicas de força hegemônica, no sentido específico de que se presta à reprodução da ordem social, que favorece determinados segmentos privilegiados na sociedade. De outro lado, a leitura crítica de discursos variados é um gesto de intervenção e de contestação, movido pelo desejo de transformar, em alguma medida, o *status quo* de uma realidade social. É em virtude dessa forma simbólica contestatória e desafiadora, a que se refere como crítica, que a ADC projeta a sua prática de análise de discurso interpretativa.

Como esclarece Fairclough (2003), a análise crítica de interpretação da ADC consiste em duas atividades: entender e explicar. O entendimento relaciona-se aos diversos modos de compreender textos, pois “diferentes entendimentos do texto resultam de diferentes combinações das propriedades do texto e das propriedades do intérprete (posicionamento social, conhecimentos, valores, etc.)”. A explicação refere-se às linguagens interna e externa de descrição teórica, conforme esclarece Bernstein (1996: 135-7): a primeira consiste nas propriedades da linguagem conceitual de uma ciência ou disciplina, enquanto a segunda constitui o conjunto de conceitos que constrói o objeto de pesquisa (quais as relações relevantes para a análise), seu funcionamento (como essas relações se articulam) e suas potencialidades (os efeitos reais e funções potenciais).

Na crítica à ideologia da ADC, enquanto análise interpretativa contestatória, Fairclough (2003) é bastante claro ao afirmar que interpretar textos ideologicamente não é uma parte do entendimento, mas da explicação, que situa o material empírico

na prática social, em parte, por meio da categoria teórica da ideologia. Notemos, portanto, que a crítica à ideologia, aqui, é crítica alheia à ideologia, pois a TSD não incorpora a concepção de modo mais amplo e numa situação de análise dentro da qual se deveria reconhecer a crítica mobilizada como não menos ideológica do que aquilo que ela denuncia.

Certamente, um tipo de crítica da ideologia que des-cobre os discursos de enganação, de alienação e de falsa consciência, revelando a verdade por trás da aparência operacionalizada, baseia-se numa visão de sociedade segundo a qual a opacidade das práticas sociais se justifica pela reificação de metanarrativas teleológicas de legitimação de estruturas de racionalidade. Sob certo ponto de vista filosófico, essa prática de análise ainda está encarnada em um regime ultrapassado de verdade e positividade, que critica os discursos em termos de maior ou menor distorção parcial de fatos, considerando a linguagem, principal ou exclusivamente, em sua função descritiva e representativa.

Para evitar isso, indicamos um caminho possível de compreensão e de análise ideológica a partir de uma crítica radical da linguagem, com foco sobre como a realidade social funda-se discursivamente, em seus contornos históricos e contingenciais, e sobre em que ponto dessa instauração ou fundação simbólica dá-se a relação entre ideologias e tensões de poder.

4. O espectro e o real do antagonismo social: por uma crítica radical da linguagem para pensar a ideologia

A admissão pós-estruturalista de que a sociedade não é uma totalidade racional implica a impossibilidade da fixidez absoluta do sentido, de modo que a sociedade deixa de ser um objeto válido de discurso, pois “não há nenhum princípio subjacente isolado que determine – e, portanto, constitua – todo o campo das diferenças” (Laclau e Mouffe 1987: 127). A sociedade, assim, não deve ser concebida como unificada por uma lógica endógena segundo a qual há um lugar de onde um *fiat* soberano é enunciado, o que a reduziria a momentos necessários de uma lei imanente, nem compreendida como composta por dois planos, “o das essências e o das aparências, dado que não haveria a possibilidade de fixar um sentido literal último, frente ao qual o simbólico se constituiria como plano secundário e derivado” (Laclau e Mouffe 1987: 111).

É preciso pensar a sociedade a partir de um conceito que esteja fundado na sobre-determinação das relações sociais: a articulação. Laclau e Mouffe (1987: 176) significam articulação como “toda prática que estabelece uma relação entre elementos, cujas identidades modificam-se como resultado dessa prática”. Aqui, duas distinções tornam-se necessárias à compreensão da sociedade como constituída discursivamente: momentos e elementos. Os momentos são as “posições diferenciais” que são articuladas no interior do discurso (Laclau e Mouffe 1987: 124), isto é, identidades relacionais que se articulam, formando o próprio discurso. Os elementos, por sua vez, são as diferenças que não são articuladas discursivamente.

Se a estrutura social configura-se a partir de processos de significação, então, no limite, estamos sempre diante de estruturas incompletas, marcadas pelo deslocamento traumático. Isto é, na constituição da sociedade como tal, há sempre “uma rejeição primitiva, alguma coisa que não consegue ser simbolizada” (Lacan 1992: 98). A falta ou a clivagem que escapa à simbolização é a manifestação da experiência do real, que surge como um recalçamento primário da realidade (Žižek 2011: 29). É, pois, nessa busca vital e sempre fracassada por uma identidade plena das coisas do mundo e dos sujeitos que a lógica da hegemonia e da ideologia surge como operação suplementária.

O sistema simbólico fracassa em sua própria (tentativa de) objetividade, quando o real, a parte da realidade que escapa ao domínio das regras e normas da estrutura, surge em aparições espectrais. O termo “espectro” foi usado por Derrida (1994) para se referir à fugidia pseudo-materialidade que subverte oposições ontológicas clássicas, como entre verdade e ilusão, as quais Karl Marx (1983: 71), anteriormente, havia tratado por “fetiche”, uma expressão que, por muito tempo, fora utilizada, em contextos religiosos, para designar uma idolatria falsa em oposição a uma crença verdadeira. O espectro é o que dá materialidade ao que foge à realidade social e, nesse ponto, distingue-se da ficção simbólica. A realidade nunca é ela mesma, pois se apresenta somente através de sua simbolização falha, de modo que as aparições espectrais surgem exatamente nessa lacuna que separa a realidade e o real, e em virtude da qual ‘a realidade tem o caráter de uma ficção simbólica’ (Žižek 1996: 25).

Desse modo, ao se apresentar “na forma do trauma” (Lacan 1990: 57), o real é, pois, a clivagem que o sistema de diferenças recalca para existir. Essa lacuna

nunca é completamente preenchida, de modo que, à luz da metáfora lacaniana das estrelas, usada para significar que o real é “o que retorna sempre ao mesmo lugar” (Lacan 1992: 511), a emergência desse real tem a forma de um espectro. É o espectro, então, que malogra os esforços para distinguir, com alguma alegação de clareza e verdade, a realidade e a ilusão. A co(n)fusão de fronteiras que ele implica não se dá por não fundamentar a ilusão na realidade, pois “o que o espectro oculta não é a realidade, mas seu recalçamento primário, o x irrepresentável em cujo ‘recalçamento’ fundamenta-se a própria realidade” (Žižek 1996: 26).

Nesses termos, o movimento espectral é ideológico, à medida que se pode afirmar que a ideologia é a fantasia que constitui a realidade social fundamentalmente, pois “se retirarmos essa perspectiva distorcida, perdemos a própria coisa em si” (Žižek 2006: 120). A ideologia serve de esteio a nossa própria realidade, é “uma ‘ilusão’ que estrutura nossas relações sociais reais e efetivas e que, com isso, mascara o insuportável núcleo do real impossível” (Žižek 1996: 321), o antagonismo. Portanto, a ideologia não esconde o verdadeiro estado de coisas, pois ela está inscrita no próprio cerne da realidade, uma vez que a constitui simbólica e discursivamente, pelos diferentes modos como recalca o real antagonico, na fundação e refundação de sentidos. Assim, a realidade social só é possível graças a um “estranho suplemento espectral” (Žižek 1996: 25). Esse espectro é a ideologia.

Notemos que o real, “como algo que só se mostra através das distorções do simbólico” (Žižek 1996: 310), é o impossível da ordem social existente, isto é, seu antagonismo constitutivo. Assim, antagonismo não é equivalente a inimigo externo, pois essa ameaça externa já é uma fantasia que mascara a clivagem antagônica, fundadora da realidade social, quando institui um elemento para ocupar o lugar da impossibilidade real. O que se chama de inimigo externo é, desse modo, a “encarnação fetichista de uma certa barreira fundamental” (Žižek 1992: 123).

As lutas hegemônicas na sociedade implicam o movimento espectral de construção de sentidos. Nesses termos, o movimento espectral é sempre ideológico, à medida que se pode afirmar que a ideologia é a fantasia que constitui a realidade social fundamentalmente, pois “se retirarmos essa perspectiva distorcida, perdemos a própria coisa em si” (Žižek e Daly 2006: 120). A ideologia serve de esteio a nossa própria realidade, é “uma ‘ilusão’ que estrutura nossas relações sociais reais e efetivas e que, com isso, mascara o insuportável núcleo do real

impossível” (Žižek 1996: 321), o antagonismo. Assim, a realidade social só é possível graças a um “estranho suplemento espectral” (Žižek 1996: 25), e esse espectro é a ideologia.

O espectro da ideologia pode construir o sistema de diferenças da vida social somente pela falha no limite entre o real e a realidade, a que vimos compreendendo como antagonismo: “é a defasagem entre o real e a realidade o que abre espaço para o performativo, em sua oposição ao constativo” (Žižek 2011: 37), lembrando J. Austin (1990). Vejamos, assim, que a ideologia, ao agir sobre essa clivagem, o antagonismo em cujo recalque consiste a estrutura simbólico-discursiva, configura-se em um movimento performativo de (trans)formação da realidade social.

Considerações finais

A principal razão desta discussão é a preocupação de que a forma mais clássica de compreensão e de uso da categoria de ideologia na ADC corre o risco de passar ao largo de questões realmente importantes, que uma reflexão mais profunda dos processos ideológicos em operação nas interações sociais poderia alcançar. De acordo com o que aduzimos neste trabalho, podemos chamar de ideologia um conjunto bem mais complexo de fundação simbólica e discursiva de estruturas de racionalidade social na dimensão da práxis, e não mais um tipo de uso dos signos que serve para ocultar ou distorcer a realidade.

A distorção está no cerne da fundamentação simbólica e discursiva da sociedade, que só é possível, como numa visão em paralaxe, como resultado de um jogo de diferenças (Derrida 2008; Lalcau 2011). Nesse espaço, regido pela lógica hegemônica de equivalência e diferença, “toda diferenciação é uma distorção parcial” (Žižek 2006: 121). Interpretar ou analisar um estado de coisas ou objeto no mundo é um ato irremediável de distorção, e, precisamente desse antagonismo real, que é a clivagem persistente que impede a totalidade estrutural do sentido, insurge o pulso performativo e político da linguagem e abre-se espaço para a ação emancipadora.

As lutas pela legitimação e hegemonia de sentidos em que se funda a sociedade são ideológicas, à medida que a linguagem é sempre uma performance ideológica de distorção que cria e recria as ficções simbólicas pelas quais vivemos e racionalizamos o mundo. Compreender que a ideologia é um fenômeno criativo e

criador da realidade social e que nenhuma prática de intervenção e de contestação está absolutamente alheia ao que denuncia e ao que procura transformar.

A reconsideração da noção de crítica da ideologia na ADC implica, portanto, não apenas a reconsideração da noção de emancipação social, mas também a ampliação de escopo em relação àqueles que estão marginalizados econômica, social e culturalmente e privados de uma linguagem a partir da qual poderia se tornar possível reconstituir suas vidas. Afinal, são esses os sujeitos com quem a ADC está comprometida, em seu esforço de compreensão e superação das tensões sociais em sua dimensão discursiva.

Notas

ⁱ A teoria da ideologia em geral classifica-se, assim, em oposição à teoria das ideologias particulares, porque aquela está interessada em discutir o mecanismo pelo qual ocorre a reprodução das relações materiais de produção, sem foco especial sobre ideologias específicas e expressões de classe e posição.

ⁱⁱ Thompson (1995: 78) afirma que as formas simbólicas são “constitutivas da realidade social e estão ativamente envolvidas tanto em criar como em manter as relações entre pessoas e grupos”.

ⁱⁱⁱ Todas as traduções de originais citados são de nossa autoria.

^{iv} As ordens de discurso referem-se aos procedimentos, presentes em toda sociedade, de controle da produção, da seleção, da organização e da (re)distribuição do discurso, com o intuito de “conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (Foucault 1996: 08).

^v As noções de Real, de Simbólico e de Imaginário sofrem uma série de transformações ao longo da obra intelectual do filósofo francês J. Lacan e do amadurecimento da leitura que faz de S. Freud, desde os primeiros escritos publicados por volta de 1936, com o projeto iniciado com a tese de doutorado “Da psicose paranoica em suas relações com a personalidade”, aos últimos textos do final da década de 1950.

Referências bibliográficas

ALTHUSSER, L. (1985) *Aparelhos Ideológicos de Estado*: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Edições Graal...

_____. (1969) *For Marx*. London: New Left Books.

AUSTIN, J. L. (1990) *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho.

BAKHTIN, M. (2002) *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec.

BERNSTEIN, B. (1996) *A estruturação do discurso pedagógico*: classe, códigos e controle. Vozes: Petrópolis.

BHASKAR, R. (1998) "General Introduction". In: ARCHER, M.; BHASKAR, R.; COLLIER, A.; LAWSON, T. e NORRIE, A. (Org.). *Critical Realism: essencial readings*. London: Routledge.

CHAGAS, E.; REDYSON, D.; PAULA de, M. (Orgs.) (2009) *Homem e natureza em Ludwing Feuerbach*. Fortaleza: Edições UFC.

DERRIDA, J. (2008) *Gramatologia*. Tradução Miriam Shneiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Editora Perspectiva.

FAIRCLOUGH, N. (2001) *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora UnB.

_____. (2003) *Analysing Discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge.

_____. (1989) *Language and power*. New York: Longman.

FAIRCLOUGH, N. CHOULIARAKI, L. (1999) *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse in analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Pressa.

FOUCAULT, M. (1996) *A ordem do discurso*. São Paulo: Ed. Loyola.

GRAMSCI, A. (1971) *Seleitions from the Prision Notebooks*. London: Lawrence & Wishart.

HALLIDAY, M. A. K. (1970) Language Structure and Language Function. In: LYONS, J. (ed.) *New Horizons in Linguistics*. Harmondsworth: Penguin Books.

_____. (1994) *An Introduction to Functional Grammar*. Second Edition. London: Edward Arnold.

HALLIDAY, M.; HASAN, R. (1989) *Language Context and Text: aspects of language in a social-semiotic perspective*. 2 ed. Oxford: Oxford University Press.

HEGEL, G. W. F. (1986) *Jenaer Systementwürfe I*. Hamburg: Felix Meiner.

LACAN, J. (1992) *As psicoses*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (2005) *O Simbólico, o Imaginário e o Real*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (1990) *O Seminário, Livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

LACLAU, E. (2011) *Emancipação e Diferença*. Rio de Janeiro: EdUERJ.

_____. (1979) *Política e Ideologia na Teoria Marxista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. (1987) *Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia*. Madrid: Siglo XXI.

MARX, K.; ENGELS, F. (1999) *Ideologia alemã*. Edição eletrônica: Ed. Ridendo Castigad Mores.

MULLER, J.; RICHARDSON, W. (1982) *Lacan and language: a reader's guide to écrits*. Nova York: International Universities Press.

PÊCHEUX, M. (1995) *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni P. Orlandi. 2. ed. Campinas, SP: Unicamp.

PÊCHEUX, M; FUCHS, C. A. (1997) "Análise Automática do Discurso (AAD-69)". Tradução de Eni P. Orlandi. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas: Unicamp.

SAUSSURE, F. de. (2012) *Curso de Linguística Geral*. Tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Bliksrein. 28 ed. São Paulo: Cultrix.

THOMPSON, J. B. (1995) *Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes.

TRACY de, D. (1817) *Eléments d'Idiologie*. Courcier.

ZIZEK, S (org.). (1996) *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto.

_____. (1992) *Eles não sabem o que fazem: o sublime objeto da ideologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (2011) *Primeiro como tragédia, depois como farsa*. São Paulo: Boitempo.

ZIZEK, S; DALY, G. (2006) *Arriscar o Impossível: conversas com Zizek*. São Paulo: Martins Fontes.